



» Entrevista | ADILSON FERREIRA PAZ | POLICIAL LEGISLATIVO

Coordenador da resistência à invasão da Câmara relata os momentos de tensão do 8 de janeiro, fala da “tática de guerrilha” dos bolsonaristas e se orgulha da preservação do plenário Ulysses Guimarães, único não invadido pelos golpistas

“Foram três horas de confronto muito intenso”

» EVANDRO ÉBOLI

Na linha de frente contra os ataques extremistas do 8 de janeiro, o policial legislativo Adilson Ferreira Paz coordenou a resistência à invasão da Câmara dos Deputados naquela tarde de domingo. É o relato de quem enfrentou a violência dos bolsonaristas que, segundo ele, estavam preparados e sabiam o que estavam fazendo.

Adilson Paz se orgulha de, junto com seus colegas, ter conseguido preservar o plenário Ulysses Guimarães, onde os 513 deputados se reúnem para as votações principais e local também de sessões do Congresso Nacional, que reúne ainda os senadores. “Foi o único plenário, dos três palácios invadidos, que foi preservado. Uma vitória e um orgulho para nós”, aponta.

O policial relata ainda que foram três horas de confronto muito intenso, e que esses manifestantes estavam portando estilingues com disparos de bola de gude, rojões e barras de ferro. “E usavam táticas de guerrilha, até com cordas de rappel, que utilizaram”. Confirma a seguir trechos da entrevista.

Como foi o enfrentamento com os vândalos naquele 8 de janeiro? Você acabou se tornando também uma testemunha privilegiada.

O 8 de janeiro acabou virando uma data memorável. Estávamos com nossa linha preparada, com policiais na rampa e na cúpula, quando o grupo começou a descer. Não sabíamos o tamanho dessa força. Eles romperam a linha da Polícia Militar e, em 20 segundos, chegaram até nós. Usamos nosso equipamento químico, granada de efeito moral e gás lacrimogêneo. Não surtiu efeito, era uma área muito grande. Eles vieram preparados, em três frentes, Câmara dos Deputados, Congresso e Senado. Já sabiam exatamente o que queriam fazer.

Literalmente atropelaram nossos escudeiros de produto químico, atacaram e invadiram nossa fachada, que foi toda quebrada. Entraram quebrando tudo.

E que medidas tomaram diante desse quadro, com a invasão iminente?

Neste momento, acionei nossa central e avisei que todos policiais seguissem para o plenário, a área mais estratégica e que simboliza nossa democracia. Fomos permanecer no plenário, nosso ponto principal. E chegaram centenas de pessoas, e podemos perceber que era um grupo um pouco diferenciado das outras manifestações. Estavam preparados e sabiam exatamente o que fazer. Trouxeram cordas, fizeram rappel e acessaram o Salão Verde. Ficaram muito violentos porque encontraram resistência. Tentamos negociar, mas não tinham uma liderança única, o que era mais complicado.

Uma vez invadido o Salão Verde, como vocês procederam diante da fúria dos bolsonaristas?

Fomos tentando acalmá-los. Queriam a todo momento acessar nosso plenário e falavam que estavam com explosivos. Foi um momento tenso. Tentaram atear fogo no plenário, não conseguiram. Invadiram a liderança do PT e atearam fogo lá. Conseguimos apagá-lo, esse e outros focos. Eles estavam com pedras, barras de ferro, estilingues de bolas de gude e rojões. Jogaram contra nossas linhas. Não sabíamos se estavam armados. Não recorremos às nossas armas de fogo, letais.

Quanto tempo durou esse confronto?

Foram três horas de confronto muito intenso. Se eles fossem um grupo qualquer não conseguiriam ficar confinados aqui (no Salão Verde). Eram treinados, com máscara antigás e usavam tática de guerrilha. Usavam cordas e conheciam pontos de

Evandro Éboli/CB/DA.Press



Foi o único plenário, dos três palácios invadidos, que ficou intacto. Um orgulho, uma vitória. Mesmo com o Salão Verde lotado, com centenas de manifestantes, conseguimos, com nossas linhas, segurá-los e confiná-los”

acesso, conheciam o alçapão que dá nas galerias. Só não entraram no plenário porque temos uma porta antitumulto, que conteve os manifestantes.

Você fala com muito orgulho de terem conseguido preservar o plenário. Imagine a destruição de um espaço para mais de 500 deputados.

Sim, nosso orgulho maior. Foi o único plenário, dos três palácios invadidos, que ficou intacto. Conseguimos contê-los. Mesmo com o Salão Verde lotado, com centenas de manifestantes loucos e ensandecidos, conseguimos, com nossas linhas, segurá-los e confiná-los. Para gente, foi, de fato, muito simbólico. Uma vitória. Perdemos outros acessos, mas o ponto principal

nós preservamos. Foi preservar a democracia.

Acredita que algo dessa natureza possa se repetir?

Espero que não. Todos os órgãos policiais estão preparados para o pior. Se um está preparado para o pior, o que ocorrer será respondido à altura.

Você já chegou a falar de risco de morte que houve naquele episódio. Difícil ver aquelas imagens e imaginar que não teve nenhum registro nesse sentido.

Foi, de fato, um sucesso não ter ocorrido nenhuma morte, nem do lado dos manifestantes nem do lado da Polícia Legislativa. Para nós, foram momentos muito fortes. Os relatos são fortes. Fui policial militar por 13

anos e estou aqui na Câmara há quase 13 anos também e nunca tinha vivido momentos tão tensos. Não esperávamos que ocorresse daquela forma.

O que fica daquela história para você, depois de um ano dos ataques golpistas aos Poderes da República?

Fica que é importante a gente não esquecer o 8 de janeiro de 2023 por tudo o que aconteceu. Hoje, digo que tenho muito orgulho da Polícia Legislativa, por ter realmente feito frente a uma manifestação daquele tamanho. Tudo serve como aprendizado. O 8 de janeiro é um dia para nunca mais esquecer, que a democracia esteve em risco. Por isso, esse orgulho de termos preservado o plenário Ulysses Guimarães.

Prejuízo do vandalismo é de R\$ 24 milhões

Até hoje, passado um ano do vandalismo do 8 de janeiro, os Três Poderes, alvos da barbárie, contabilizam seus prejuízos. As centenas de peças, obras, e objetos destruídos, vandalizados e fragmentados pelos extremistas ainda seguem sendo recuperados e restaurados. Sem contar o que foi levado pelos golpistas.

Esse prejuízo, hoje, está na casa dos R\$ 24 milhões. O Supremo Tribunal Federal (STF) lidera a lista do prédio cuja destruição gerou maior custo, que foi a metade desse total. Esses danos na Corte ficaram em R\$ 12 milhões. Desse montante, R\$ 8,6 milhões são danos com 951 itens que foram furtados, quebrados ou completamente destruídos. Os outros R\$ 3,4 milhões foram despesas com reconstrução do plenário, troca de carpetes, vidros

da fachada e outros itens.

Segundo o STF foram perdidos 106 itens históricos de valor imensurável, como esculturas e móveis que não puderam ser restaurados e não podem ser repostos.

Já foram restaurados 116 itens, entre os quais a estátua *A Justiça*, localizada à frente da sede do STF.

O Senado contabiliza prejuízo de pelo menos R\$ 1,4 milhão. A recuperação de bens expostos no museu da Casa totalizou R\$ 483 mil, incluída nessa conta a restauração da tapeçaria de Burtel Marx. As obras e os serviços necessários para recuperação do edifício-sede totalizaram cerca de R\$ 900 mil.

A Câmara contabiliza um prejuízo, até agora, de R\$ 2,7 milhões, considerando reparos,

reposição e indenizações. Pouco menos da metade desse valor, R\$ 1,4 milhão, está sendo gasto na reparação e no restauro de 68 bens do acervo cultural, como pinturas, esculturas, painéis e presentes protocolares dados a presidentes da Câmara.

Outro prejuízo de monta — de R\$ 1,2 milhão — foi com recuperação de persianas, carpetes, reparos elétricos e hidráulicos, vidros e sistema de detecção de incêndio.

O Palácio do Planalto tem a segunda conta mais alta resultante do quebra-quebra. A estimativa é de que o prejuízo fique próximo dos R\$ 8 milhões. Esse número ainda não está fechado, até mesmo pela dificuldade de se calcular. Dos itens histórico-artísticos avariados, os mobiliários danificados tiveram o serviço de

Carlos Vieira/CB/DA.Press



Vaso chinês doado à Câmara destruído na invasão ao Congresso

restauro solicitado para empresas de marcenaria, vidraria, serralheria e tapeçaria.

“São custos de difícil mensuração, visto que os reparos foram

executados também via contrato de manutenção predial corretiva e preventiva”, informou o Palácio do Planalto.

Já a restauração das peças

históricas e artísticas, que exigem trabalho mais especializado, está ainda sendo realizada por meio de acordos de cooperação técnica com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan). Em 13 de janeiro de 2023, o Iphan produziu laudos sobre o estado de conservação de 13 bens danificados pelos ataques do dia 8.

Também está em fase de formalização o acordo de cooperação para a recuperação do relógio histórico, do século 17, criado por Balthasar Martinot Boulle, trazido por Dom João VI para o Brasil, entre outras peças que precisam ser recuperadas.

“Ainda não é possível determinar o valor total do prejuízo visto que os procedimentos de restauração ainda não foram iniciados”, informa também o Planalto. (EÉ)